

ROLF KUNTZ

**U**m terço do investimento direto que entrou no Brasil, de janeiro a julho de 2002, foi destinado a seis setores industriais que garantiram, nos últimos seis anos, quase 40% da exportação brasileira. Bom sinal para uma economia que tem melhorado, e precisa continuar melhorando, suas contas externas. Mas essa é uma tendência recente. Até 1999, a maior parte do investimento estrangeiro foi dirigida ao setor financeiro, a operações de privatização e, de modo geral, a atividades voltadas basicamente para o mercado interno. Esse capital pode ter contribuído para tornar a economia mais competitiva, mas não resultou, necessariamente, em maior produção industrial ou maior exportação. Os adversários de uma política mais ativa de orientação de investimentos argumentavam, no entanto, como se o efeito daqueles capitais na exportação fosse quase automático.

A destinação dos investimentos mudou somente quando o País adotou o câmbio flutuante, abandonando a política de valorização cambial. Durante quatro anos e meio, desde o lançamento do Real, o Brasil perdeu, portanto, oportunidades significativas de aumentar a exportação, elevar a produção industrial e criar milhares de empregos. Perdeu, ao mesmo tempo, a chance de crescer economicamente com menor dependência de financiamento externo.

Os seis setores produzem alimentos, veículos e peças, químicos, aço e outros metalúrgi-

cos básicos, minerais não metálicos e máquinas, materiais elétricos e equipamentos eletrônicos.

Receberam em média, entre 1996 e 1998, 10,6% do investimento direto estrangeiro. Nos três anos seguintes a participação cresceu para 20,2%, 13,6% e 27%. Em 2002, até julho, alcançou 33,6%. Os dados foram elaborados pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet) e apresentados terça-feira, juntamente com o relatório anual de investimentos da Organização das Nações Unidas para Comércio e Investimento (Unctad).

Seria suficiente, portanto, apenas a mudança da política de câmbio, com seus efeitos na relação entre os preços dos tradables (produtos negociados internacionalmente) e non tradables?

Isso é no mínimo discutível.

Tanto no relatório, um grande volume de 350 páginas, quanto nos quadros da Sobeet, fica bem claro o contraste entre as políticas seguidas no Brasil e aquelas adotadas, há muitos anos, pelas economias com melhor desempenho no comércio internacional. Mais de 60% das exportações mundiais, segundo a Unctad, têm sido geradas por empresas transnacionais e suas filiais. No ano passado, essas filiais foram responsáveis por metade dos US\$ 279,6 bilhões exportados pela China, a quarta maior potência do comércio internacional, só abaixo de Esta-

dos Unidos, Alemanha e Japão. A proporção, segundo os últimos números disponíveis, foi de 31% para o México, 50% para Costa Rica, 80% para Hungria e 90% para Irlanda, uma das economias que mais cresceram na última década.

Essas economias têm tamanhos diferentes e graus diferentes de desenvolvimento industrial e tecnológico. Em todas, no entanto, foram desenvolvidas políticas de atração de investimentos para exportação, com emprego de vários tipos de incentivos. Algumas políticas são proibidas pela Organização Mundial do Comércio. É o caso dos acordos de investimento com cláusula de desem-

penho comercial. Mas há outras maneiras de atrair capitais para a atividade exportadora, como a criação de distritos especiais, zonas de processamento

de exportação, facilidades financeiras e de infra-estrutura. Também há, naturalmente, acordos comerciais com países que são, ao mesmo tempo, fontes de capital e grandes importadores de produtos.

No Brasil, as subsidiárias de empresas transnacionais proporcionaram, no ano 2000, apenas 21% da receita geral de exportação. Os investimentos no País têm-se destinado, há décadas, principalmente à produção para o mercado interno e, desde a criação do Mercosul, também a atividades voltadas para o bloco regional.

Desde o lançamento do

Real, a economia brasileira, estabilizada, voltou a atrair investimentos diretos. A maior parte desse capital, até 1999, teve pouco efeito sobre a exportação. A ampliação do mercado interno, com o fim da inflação elevada, foi um atrativo importante para as empresas transnacionais. Muitas delas, em vez de reforçar as vendas ao exterior, contribuíram para o aumento da importação, comprando no exterior componentes para seus produtos. Essa tendência foi reforçada, quando não determinada, pela valorização do câmbio. Pesou muito, naturalmente, o quase desprezo com que o governo tratou, durante cinco anos e meio, a balança comercial e o saldo da conta corrente do balanço de pagamentos. Desde janeiro de 1999, quando a política de bandas cambiais desmoronou, foi preciso mudar de atitude. Mas a mudança foi lenta e apenas gradualmente o governo se convenceu a adotar uma política mais ativa de comércio exterior. Uma das consequências foi a tentativa, acentuada neste ano, de buscar acordos comerciais com maior número de parceiros. Todos os candidatos à Presidência falam em adotar políticas industriais e comerciais. As palavras são semelhantes, mas não está claro o que pretende cada um. O mero retorno a um sistema de subsídios e protecionismo será desastroso para o País. Um pouco de atenção para o que se tem feito outros países ajudaria a formular planos mais sólidos e bem definidos. Ler o relatório da Unctad será um bom início.

■ Rolf Kuntz é jornalista